



Anais da Assembléia

Nº 057

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteadó Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Mächuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 48.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Ovídio Constantino (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n.º 275/93, do Senhor Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1º de maio de 1993, as tabelas de vencimentos dos cargos dos Quadros efetivo, transitório, em comissão, dos servidores temporários regidos pela C.L.T. e funções gratificadas

dos Tribunais de Justiça e de Alçada e Serventias da Justiça. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 534/93/GS, do Senhor CARLOS MANUEL DOS SANTOS, Secretário da Saúde do Paraná, em exercício, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitado pela Deputada EMILIA BELINATI, sobre o "Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná". Ao conhecimento da Senhora Deputada interessada.

Sob o n.º ATCC 3966/93, do Senhor CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitado pelo Senhor Deputado JOAO PREIS, ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, sobre "distribuição de recursos financeiros aos Municípios e a Entidades Assistenciais do Estado". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO N.º 161/93

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência que por motivo de compromissos assumidos em Maringá e Região, estarei ausente dos trabalhos nas Sessões Plenárias dos dias 24 a 28 do corrente mês, razão pela qual solicito sejam justificadas e abonadas as faltas nos dias acima citados.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) JOAO PREIS

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a indicação para a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as causas da questão do abuso de preço das mensalidades escolares e as consequências que lançam no sistema educacional do Estado do Paraná. Os seguintes Parlamentares:

Deputado Luiz Henrique Bona Turra

Deputado Djalma de Almeida César.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB e Governo

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a indicação para a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as causas das invasões de ter-

ras agrícolas e urbanas, ocorridas no território paranaense. Os seguintes Parlamentares:

Deputado Nereu Moura

Deputado Cleiton Kielse.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB e Governo

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a indicação para a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as causas da evasão de receita tributária, referente a atividade de refino, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados. Os seguintes Parlamentares:

Deputado Oswaldo Trevisan

Deputado Luiz Antonio Setti.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB e Governo

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, na condição de Líder do PTB, venho INDICAR o Deputado LOURENÇO FREGONESE para compor a CPI que irá apurar as causas da evasão de receita tributária referente a atividade de refino, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução n° 010/91, de sua autoria, pelo fato de ter perdido seu objetivo, de vez que o município em questão já se encontra instalado.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para viagem à Alemanha ao Estado de Baden Wuttenberg, a convite deste, com a finalidade de conhecer o sistema rodoviário, bem como o funcionamento da estrutura parlamentar.

Outrossim, esclareço que a duração da

viagem será de 20 (vinte) dias, sem ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER; após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar, pelo inesperado falecimento do Senhor Clênio Faust, bem como o envio de expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Manifestar, em nosso próprio nome, e em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, nossa tristeza pelo inesperado falecimento do Senhor Clênio Faust. Todos que o conheceram lembrarão deste amigo como uma pessoa de ótimo caráter, bom pai de família, e grande companheiro. Rogamos a Deus que o acolha em seu reino, e dê forças a família enlutada para enfrentar tão difícil momento.

REQUERIMENTO N° 1320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar pelo inesperado falecimento do jovem Pedro Henrique Cordeiro de Andrade, bem como o envio de expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Externar nossa tristeza pelo inesperado e trágico falecimento do jovem Pedro Henrique Cordeiro de Andrade. Que este requerimento possa refletir toda a consternação da comunidade satoantonienne, que tal qual nós, não tem palavras para dizer o quanto sente a perda de tão querida pessoa. Por essa razão, rogamos a Deus que o acolha em seu reino, e console a família enlutada.

REQUERIMENTO N° 1323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelos falecimentos: da Professora Izolde Barcellos Knolseisen e sua filha Angela Barcellos Knolseisen; da Senhora Arlete Argenta Martins e sua filha Marakueila Argenta Martins, ocorridos dia 16 de maio corrente.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, no trecho Palmas-Mariópolis (BR-280), faleceram as seguintes pessoas: Professora Izolde Barcellos Knolseisen deixando viúvo o Professor José Alberto Knolseisen sua filha Angela Barcellos Knolseisen; Arlete Argenta Martins que deixou viúvo o Senhor Genauro Ferreira Martins e falecimento de sua filha Marakueila Argenta Martins.

Os extintos residiam na cidade de Palmas e pertenciam a tradicionais famílias do município.

Seus passamentos vieram abrir enorme lacuna no seio dos familiares, assim como do vasto círculo de amigos que possuíam entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares de seus convívios, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seus servos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daqueles que souberam conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou as famílias Barcellos Knolseisen e Argenta Martins, endereçando a elas voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento de Simone Kapp, ocorrido em dezoito de maio passado.

A extinta, que tinha apenas 16 anos, era filha de Maria Aparecida e Geraldo Kapp, funcionário da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, conhecido pela honradez e probidade que sempre conduziu sua vida, e que atualmente ocupa a Diretoria do Departamento de Obras da Prefeitura.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a V. Exa. que sejam enviados votos de pesar aos familiares do Sr. Nelson Borba, falecido no dia 15 do corrente mês, vítima de câncer.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Nelson Borba nasceu em Blumenau-SC,

mas, ainda criança, veio para Curitiba, onde sempre desempenhou funções em prol da comunidade. Foi presidente da Associação de Moradores da Vila Parque Industrial, por três vezes.

REQUERIMENTO N° 1359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Farinhaque, ocorrido no dia 21 de maio próximo passado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

José Farinhaque, membro de tradicional família paranaense, deixa três filhos, um deles José Carlos Farinhaque, Presidente do Clube Atlético Paranaense, do qual era um ardoroso torcedor, sendo que sua ausência deixa um vazio entre os inúmeros amigos e uma lacuna no seio de sua família que jamais será preenchida.

REQUERIMENTO N° 1365

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Luís Dalgustine, aos 61 anos de vida ocorrido em 11 de maio do corrente. Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma perda muito grande para todos!

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1367

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Dolores Alves Fialho, ocorrido nesta Capital. Trata-se de pessoa muito querida por todos, deixando enorme lacuna no seio da família, bem como de seu círculo de amigos, recebendo ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma perda muito grande para todos!

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Esmael Estresser, ocorrido em 05.05.93.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Senhora Maria José Estresser, viúva do falecido, através do envio de correspondência deste Poder Legislativo, aos cuidados da Câmara Municipal do Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Esmael Stresser foi um cidadão, que durante a sua existência sempre se dedicou às lutas pelas causas populares e em defesa do interesse público.

Como prova cabal desta sua dedicação, lembra-se nesta oportunidade, o desempenho de 03 mandatos parlamentares, como Vereador, na Câmara Municipal de Manoel Ribas-PR.

REQUERIMENTO N° 1384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Pedro Marchesi, ocorrido no Município de Ivaiporã, no último dia 15 de maio de 1993.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Marlene W. Moraes, ocorrido no último dia 20 de maio de 1993, no Município de Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1300

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações, muito aplauso, ao empresário e grande líder sindical patronal ALCEU ABAGGE, que foi reconduzido na presidência do Sindicato dos Lojistas do Estado do Paraná, na última 6ª feira, dia 14.05.1993.

Graças a seu trabalho sério, dedicação imensa e permanente preocupação com seu segmento econômico, Alceu Abagge, tem merecido o respeito de seus pares, que o levaram, mais uma vez, à Presidência de seu Sindicato de classe. Entendemos que estes cumprimentos se devem estender à toda a

sua Diretoria!

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1301

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes às pessoas acima mencionadas, contendo votos de louvor pela fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, ocorrida no dia 23 de março do corrente ano na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do município de Santa Cruz do Monte Castelo, se reuniram no dia 23 de março próximo passado, e numa demonstração de que os problemas sociais que afligem uma população devem ser resolvidos de comum acordo, fundaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE.

A Assembléia Geral especialmente convocada para esta finalidade, aconteceu nas dependências da Câmara Municipal, e contou com as presenças de pessoas importantes que prestigiaram a reunião, como a Senhora Ivone Pierin Peres, Delegada da APAE de Paranavaí e representante da Federação Nacional das APAE's, Rosana Navarro Ferrari, Diretora da APAE de Paranavaí, o prefeito Blaudeci Tenório Sobral, e muitas outras pessoas de destaque do município o que se uniram para tentar resolver o problema do excepcional. Atualmente o município de Santa Cruz do Monte Castelo tem 23 crianças e adolescentes com o problema e que são atendidos pela escola especial da APAE do município de Santa Izabel do Ivaí.

Inicialmente os excepcionais de Santa Cruz do Monte Castelo serão atendidos no antigo Centro Social, até que a Prefeitura e a Diretoria da APAE concluem seus estudos para determinação de um local definitivo.

Quando da realização da Assembléia para criação da APAE estiveram presentes representantes de todos os setores da comunidade que, sensibilizados com a nobreza dos objetivos propostos, de pronto efetuaram suas doações. Produtores rurais doaram novilhas para a realização de um leilão, e ofereceram ainda outros produtos de suas propriedades, enquanto muitos fizeram suas doações em dinheiro.

As novilhas foram levadas a leilão no último dia 9, quando da realização de mais um dos tradicionais leilões da Sociedade Rural de Monte Castelo - SORMOC, no Parque Governador José Richa. Entre o que foi apurado - no leilão dos animais doados, e os donativos feitos durante a realização

da assembléia, foram arrecadados aproximadamente CR\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Interessante ressaltar que estas doações, vieram de todas as partes do município, como dos Distritos de Santa Esmeralda e Ivaína.

A primeira Diretoria da APAE de Santa Cruz do Monte Castelo, ficou assim constituída: Presidente: Arminda Torres Capela Galleazi (que é a responsável pelo departamento de Assistência Social do Município); Vice-presidente: Lair Dalla Costa Berta; 1.^a Secretária: Maria Angélica Chiste Libânio Pereira; 2.^a Secretária: Maria Ivone Cremonesi Carlos; 1.^a Tesoureira: Olinda Amado Rafeh; 2.^a Tesoureira: Rita Maria Vilela; Conselho Fiscal: Neuza Mendes de Freitas- Arlindo Valério e Cleide Afonso; Conselho Deliberativo: Ana Maria Fernandes Amando, Mario P. Celinski, Jailson Rosa Darte, Valder Alencar Praxedes, Jane Helena Saldanha Machado, Leonice Margato e Dejanira Prieto, Presidente de Honra: Blaudeci Tenório Sobral.

REQUERIMENTO N° 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações desta Casa de Leis, para a EMATER, na pessoa de seu Diretor-Presidente Senhor José Tarciso Fialho, extensivo a todos os funcionários daquele órgão, e ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, pelo transcurso do seu 37º aniversário, neste dia 20 de maio, do corrente.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1387

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, pela comemoração do 113º aniversário de fundação do seu hospital de caridade.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1880, por Dom Pedro II, o Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, atravessou mais de um século prestando incomparável trabalho na área de saúde às pessoas carentes do nosso Estado.

A comemoração do 113º aniversário de fundação, no dia 22 de maio último, contou

com a reinauguração do salão nobre do hospital, em homenagem a D. Pedro II e sua esposa Thereza Christina Maria, e a doação à Prefeitura Municipal de Curitiba e Museu Paranaense, de retratos de importantes personalidades do Estado, reproduções da ata de inauguração do Hospital de Caridade, no século passado, e do primeiro compromisso firmado pela instituição.

Ainda durante a solenidade foi inaugurada a galeria de retratos dos ex-provedores da Santa Casa e entreaques títulos de "reconhecimento" e de "irmãos", a diversas personalidades de nossa sociedade, responsáveis por relevantes serviços prestados à causa filantrópica através daquele Hospital de Caridade.

Que se registre nos anais do Poder Legislativo mais esse transcurso da fundação do Hospital de Santa Casa, marcado pela dedicação de todos os profissionais, médicos, colaboradores e funcionários daquele estabelecimento, responsáveis diretos pela respeitável qualidade dos serviços prestados na área da saúde, principalmente, na assistência à população carente.

REQUERIMENTO N° 1388

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de Congratulações à juíza Doutora Denise Frossard, da 14.^a Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro, pelo seu empenho no caso que culminou na condenação dos quatorze líderes do jogo do bicho naquele Estado.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Considerados "pessoas de antecedentes desabonadores, confiantes na impunidade, de personalidade distorcida, que fazem apologia da atividade ilícita e formam um poder paralelo e um império de estatura nacional que auferem lucros fabulosos" quatorze líderes do jogo do bicho no Estado do Rio de Janeiro - entre os quais os seis que formam a cúpula da contravenção - foram condenados no dia 21 de maio último, a seis anos de prisão.

Também foi determinado que os presos pagassem as custas do processo e que fossem extraídas peças do inquérito para a apuração de outros crimes e do envolvimento de policiais e outros funcionários públicos com os contraventores. Apesar de absolvidos da acusação de tráfico de drogas, os réus ficam agora sujeitos à apuração da Justiça Federal, conforme determinação da julgadora.

Esse resultado só pode ser conquistado em virtude da coragem e dedicação da Dou-

tora Denise Frossard, mulher que pela sua determinação tem seu nome registrado com letras maiúsculas na luta contra a impunidade e pelo resgate da credibilidade da Justiça brasileira.

Denise Frossard é um exemplo de cidadã e de boa servidora. Empenhada na execução da Lei e no combate à criminalidade, a digna juíza não ofereceu sinais de abalo diante das ameaças e insinuações intimidadoras ao seu trabalho.

Fazer cumprir a Lei, no Brasil, não é tarefa fácil. Para os poderosos, titulares do império da contravenção, mais difícil ainda. Mas não impossível, como provou a Doutora Denise Frossard.

Num tempo em que se firma o adágio de que só os ilegais prosperam e de que a Justiça não alcança os poderosos, Denise Frossard prova, inequivocamente, que onde há boa vontade, coragem e respeito à ordem jurídica o ilícito não caminha livremente.

O País deve ser grato à lição da juíza Denise e devem assimilá-la os legisladores, os julgadores e os executores administrativos brasileiros, para que a sociedade possa voltar a confiar na legalidade e na igualdade dos homens perante a lei.

REQUERIMENTO N° 1389

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa votos de congratulações ao Grupo INEPAR, pela comemoração dos 25 anos de sua fundação.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo INEPAR surgiu em 1968, com a fundação da Inelco - Indústrias Elétricas e Comércio Ltda - dedicando-se à fabricação de quadros elétricos de baixa e média tensões para comando, manobra, distribuição, proteção, controle e utilização de energia elétrica.

O objetivo básico do grupo INEPAR é atuar em sistemas de energia, telecomunicação (telefonia, telemensagem, TV a cabo), automação, transportes de massa, aérea e automotiva, mercado financeiro, fabricação de produtos sob encomenda para os setores além de sistemas e componentes eletro-eletrônicos correlatos, além de sistemas e componentes para a racionalização e conservação de energia elétrica.

É reconhecida a cultura de desafio permanente do Grupo INEPAR, que sempre foi pioneiro em suas áreas de atuação, atendendo projetos de tecnologia e aplicação inéditos no Brasil: área nuclear, prospecção de petróleo, normas internacionais do sistema de qualidade assegurada, incluindo

programas de parcerias, estratégias na busca de produtividade e competitividade, tendo como ponto fundamental o treinamento e o desenvolvimento de recursos humanos e promovendo uma nova, singular e invejável relação entre capital e trabalho.

A importância da INEPAR para a economia paranaense está evidenciada nos números alcançados pelo Grupo: crescimento em média de 40%. Em 92, o faturamento foi de 120 bilhões de dólares. De 12 anos para cá, foram agregadas mais de 10 empresas e o grupo conta, hoje, com aproximadamente 23 empresas.

Presidido, atualmente, pelo empresário Atilano Oms Sobrinho, o grupo INEPAR é um orgulho para o nosso Estado, e o transcorrer do seu 25° aniversário de fundação é motivo de regozijo para este Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 1392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja inserido votos de congratulações e louvor na Ata dos trabalhos de hoje, ao Dr. Paulo Roberto Cordeiro, pelos dois anos de profícua gestão à frente da Cia. de Telecomunicações do Paraná, cuja atuação projetou essa empresa do ramo de telecomunicação em igualdade às melhores empresas internacionais, como destacado em discurso que fiz hoje no pequeno expediente, cuja a transcrição peço faça parte do presente.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata de votos de louvor pelo brilhante desempenho do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, nas aplicações do Sistema Integrado de Atendimento às Emergências - SIATE -, na pessoa de seu comandante, o Coronel QOPM, DANIEL CESAR MAINGUE.

Sala das Sessões, em 23.05.93

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Integrado de Atendimento às Emergências - SIATE -, foi criado em 29 de abril de 1990, entrando em funcionamento em 26 de maio de 1990, contando à época com 10 médicos, 40 socorristas e mais 07 ambulâncias, em sua maioria reformadas.

Prestaram desde 1991 até o presente momento, cerca de 9700 atendimentos, com várias vidas salvas, proporcionando não só em Curitiba, como em toda região metropolitana, uma segurança a mais para os cida-

dãos.

O SIATE é um programa realmente moderno, que tem atendimento de maneira correta e rápida a acidentes e ocorrências em vias públicas, demonstrando a eficácia do serviço público, quando bem gerenciado.

Diante do acima exposto, é que motiva-se o presente requerimento, pelos brilhantes e relevantes serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, instituição exemplar que dignifica o serviço público.

REQUERIMENTO N° 1383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de Voto de Louvor à Associação de Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná - ACAMOP - pela edição do seu órgão informativo. Que, da decisão, se dê ciência à Vereadora Marly Regina Alves da Silva, presidente da entidade.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O jornal Informativo editado pela Associação de Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná - ACAMOP - difere de similares pelo seu elevado conteúdo, destacando-se pelo oferecimento de orientações às Câmaras filiadas e pelo levantamento de questões de interesse comunitário.

Foge da linha de superficialidades, caracterizando-se pela preocupação quanto ao quadro aflitivo da atualidade mostrando pelos indicadores econômicos que assombram a Nação.

Em seu derradeiro número, destaca o Informativo da ACAMOP: "o combate à fome, à miséria, ao desemprego, ao subemprego, só será possível se todos os setores de nossa sociedade juntarem forças, determinação, coragem desprendimento e, num verdadeiro mutirão nacional, buscarem as reformas inadiáveis e indispensáveis para a valorização do trabalho e da produção.

Daí, a razão maior do requerimento em tela.

REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental:

CONSIDERANDO a situação de desespero e dor, vivida por milhares de pessoas em diversas cidades do Estado - inclusive com registro de mortes - como consequência das chuvas que atingiram o Paraná, nos dias 13 e 14 últimos;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública, vivida por Municípios, como Pi-

nhais e Colombo, entre muitos outros, os quais não possuem recursos para cobrir os gastos extraordinários, provenientes do atendimento às pessoas desabrigadas, recuperação de moradias, ruas, etc.

CONSIDERANDO que, ano a ano, tais catástrofes vêm aumentando e que estas têm origem na depredação do meio ambiente, conforme alertas constantes dos ambientalistas e, em especial pela destruição das matas às margens dos rios, beiras de estradas e nas faixas de proteção às cidades.

REQUER, à douta Comissão Executiva, o encaminhamento, a todas as Prefeituras do Paraná, apelo, em forma de sugestão, para que os Senhores Prefeitos incluam nos planos de governo as seguintes medidas:

a) Plantar, ao longo dos rios, com árvores nativas, uma faixa de aproximadamente 10 (dez) metros de largura:

b) A mesma medida ao longo das estradas;

c) Do lado Noroeste e Sudoeste das Cidades (onde o vento forte sopra), plantar uma cerca-viva, de aproximadamente 10 (dez) metros de largura, com árvores de grande porte e bem próximas (mais ou menos 1 (um) metro de distância uma da outra).

Tais medidas vêm sendo recomendadas por ambientalistas e meteorologistas, como o Professor Osvaldo Iwamoto, do Centro de Meteorologia da Universidade Federal do Paraná, como forma de resolver o problema de furacão trazido pelos ventos fortes. Além de servir de proteção às cidades, as medidas sugeridas contribuem para melhorar a qualidade do solo e, com a umidade, o equilíbrio da temperatura.

Requer, ainda, além do encaminhamento da presente proposição a todas as Prefeituras do Paraná, que da mesma se dê conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, de pedido de apoio para o Município de Pinhais, nos seguintes termos e pelas razões a seguir expostas:

CONSIDERANDO que Pinhais, como município recém-criado na Região Metropolitana de Curitiba, já nasceu com características que o fazem ímpar no contexto dos demais municípios: população acima de 100 mil habitantes; necessidade de preservação das áreas de mananciais; invasões de terras (pela proximidade da Capital) nas margens dos rios;

CONSIDERANDO que as chuvas que caíram sobre o Estado, nos dias 13 e 14 últimos, provocaram enchentes no Município com proporções de calamidade pública - mais de 300 pessoas ficaram desabrigadas;

CONSIDERANDO que os Rios Atuba e Palmital, são de grande importância para o abastecimento de água da Região Metropolitana e no contexto das bacias hidrográficas do Estado; e que os mesmos encontram-se, há mais de 30 anos, sem serem dragados e o assoreamento aumenta continuamente, solicita-se do Senhor Governador do Estado, o necessário apoio ao Município de Pinhais, para que o mesmo possa solucionar os problemas das enchentes com as seguintes medidas:

1 - Dragagem dos Rios Atuba e Palmital - com remoção do entulho proveniente do lixo, etc, depositado nas margens dos rios pelos moradores invasores;

2 - Remoção da população que ocupa as margens dos rios Atuba e Palmital;

3 - Implantação de programa social voltado para população marginalizada (invasores de áreas ribeirinhas);

4 - Repasse de recursos, aos cofres públicos do Município, para que a Prefeitura possa fazer frente às despesas extraordinárias provenientes da calamidade pública provocada pelas enchentes.

Requer-se, ainda que, da presente proposição, se dê conhecimento ao Exmo. Senhor Prefeito João Batista Costa, do município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1346

Senhor Presidente.

O Deputado Mário Bezerra, pelo presente vem RECORRER, do despacho exarado do requerimento de CPI dos Gastos em PROPAGANDA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, o fazendo nos seguintes termos:

I - Como norma maior, diz a Constituição do Estado do Paraná, que as CPIs, "serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados", número legal que foi atingido pelos subscritores do Pedido. (artigo 62, § 3° da Constituição Paranaense)

II - Contrariando a regra constitucional, o Regimento Interno afirma que "não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução" (artigo 36, § 4°).

Senhor Presidente:

A interpretação de Vossa Excelência, data vênua, se baseia no Regimento Interno e não na Carta Magna. A restrição do Regimento Interno fere o princípio parlamentar do instituto da própria Comissão Parlamentar, um instrumento das minorias e não das

maiorias. O mínimo de um terço dos membros da Casa Parlamentar é o princípio constitucional brasileiro e universal do inquérito parlamentar. Conseguido este, cria-se o inquérito.

O que o RI poderia disciplinar era o funcionamento de múltiplas CPIs, mas não contrariar a Constituição, ao estabelecer a negativa de criação, enquanto cinco comissões estiverem tramitando.

Data venia, pela luz constitucional a CPI, ao atingir o número dos dezoito subscritores, foi criada. O que pode e sobre isto, seria pertinente o despacho de Vossa Excelência, era quanto à sua instalação e funcionamento.

Um parlamento onde a minoria não tenha condições de exercitar suas prerrogativas, pode ser tudo, menos Parlamento. Os episódios e expedientes utilizados pela maioria da Casa, deixam evidente que se terá sucesso com a alternativa do projeto de resolução - este sim um RECURSO DAS MAIORIAS, para implantarem suas vontades.

Durante o regime autoritário, foi que criou-se a limitação das cinco CPIs, para manter o parlamento em permanente e constante dependência. Incrivelmente o RI da AL, absorveu o entulho autoritário, neste parágrafo quarto do art. 36, em visível colidência com as normas constitucionais (Constituição Federal art. 58, § 3°).

Ora, sempre que houver o conflito de norma, é imperativo da boa hermenêutica, que prevaleça a maior, no caso a Constituição, e, nos regimes democráticos, que as minorias sejam preservadas. Assim, apela-se, primeiramente para que Vossa Excelência, reveja o seu despacho, determinando seja efetuada a publicação determinada no parágrafo segundo do art. 36 e declarada criada a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobrestando-se no entanto a sua instalação, até que estejam em funcionamento e tramitando as atuais cinco Comissões.

Não sendo este o entendimento do preclaro Presidente, tome-se o Presente como RECURSO ao Plenário, antes porém seja, regimentalmente, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, com vista dos autos ao recorrente, para que possa aduzir as razões de recursos.

Finalmente, lembrar o nobre Presidente, como condutor da Casa, que se tornada efetiva a prática pela maioria, de obstar a criação de CPIs, à minoria, este Parlamento regride aos tempos de ditadura. Daí porque, a interpretação correta e CONSTITUCIONAL, se impõe, até para preservação da imagem deste PODER.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO o dispositivo da Carta política vigente, mandando proceder sua revisão após o transcurso de cinco anos;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional já vem adotando iniciativas para proceder à revisão do texto constitucional de 1988;

CONSIDERANDO a conveniência de providência similar no Estado, para adequar os princípios constitucionais à realidade política contingente;

REQUER, a constituição de uma Comissão Preparatória para a Revisão Constitucional do Estado do Paraná, a ser integrada por representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, à base de dois representantes para os primeiros e um representante para cada uma das duas últimas instituições além de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, em conformidade com Regimento Interno que a Comissão adotará.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

1. A revisão constitucional da ordem política instituída em 1988 foi expressamente prevista na Carta vigente - seguindo a técnica revisional implantada pela Constituição Portuguesa de 1975 conforme o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que reza:

"Art. 3° - A revisão constitucional será realizada após 05 (cinco) anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral".

2. Outrossim, na ordem política estadual, a Constituição do Estado do Paraná, vigente, determina em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 2° - A revisão constitucional será realizada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa do Estado, logo após a revisão da Constituição Federal, prevista no art. 3° - do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias daquela Carta".

3. Isto significa dizer que a revisão constitucional, ao nível do Estado do Paraná, será procedida pela legislatura em exercício investida da prerrogativa constitucional plena e imediatamente após igual procedimento do Congresso Nacional revisando a Carta Política Federativa.

4. No âmbito Federal, o Congresso Nacional, já deu início às medidas preparativas da revisão constitucional, atendendo às conveniências de oportunidade temporal e aos reclamos da Nação.

O tempo é escasso, antes do período

eleitoral e o bom senso recomenda que igual conjunto de providências acauteladoras seja adotado a nível estadual, procedendo-se logo ao sumário das principais demandas políticas contingentes, recolhidas no âmago dos poderes constituídos e das instituições que, por força do nosso ordenamento legal magno, são assimiladas a membros políticos da ordem estadual.

A Ordem dos Advogados do Brasil é a representante formal das classes jurídicas no Brasil.

5. Oportuno ainda esse esforço preparatório da revisão constitucional se observarmos que mais de 40 ações diretas de inconstitucionalidade foram propostas contra dispositivos da Constituição Estadual de 1989, muitas delas providas pela nossa Corte Constitucional suprema "in caso" o Superior Tribunal Federal. Há que se escoimar da Carta Estadual, portanto, tais disposições inquinadas do vício de inconstitucionalidade, não obstante as reservas de cunho doutrinário que apomos a essa fórmula de subordinação do direito constitucional dos estados a uma ótica federalizante de índole fortemente centralista e, no limite, infra-democrático.

6. Por último, vale notar que sugerimos uma estruturação da Comissão Preparatória da Revisão Constitucional a ser integrada por 08 (oito) membros, sendo que as decisões poderão ser tornadas possíveis graças a regras regimentais que disciplinem a tomada de decisões dentro do órgão especial, com a reserva ao presidente de voto apenas em caso de empate sobre matéria objeto de decisão, como aliás é da boa técnica legislativa.

DETALHAMENTO GRÁFICO PARA
ESTRUTURAÇÃO DA
COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

. Poder Legislativo	02 membros
. Poder Judiciário	02 membros
. Poder Executivo	02 membros
. Ministério Público	01 membro
. Tribunal de Contas	01 membro
. Ordem dos Advogados-Secção Pr	01 membro
TOTAL	09 membros

REQUERIMENTO N° 1312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Ilustríssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. solicitando a construção e a implantação de Posto de Serviço do BANESTADO, no "Campus Universitário da Universidade Es-

tadual de Ponta Grossa - UEPG", no bairro de Uvaranas.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O "Campus Universitário" da Universidade Estadual de Ponta Grossa, está situado no Bairro de Uvaranas, em cuja área foi concentrada 70% de suas atividades.

Sua comunidade compõe-se de 5.000 pessoas que, entre professores, funcionários e alunos, por ali circulam diariamente.

A implantação de Posto de Serviços do BANESTADO no referido "Campus" ofereceria inúmeros benefícios para a comunidade universitária, bem como para os moradores de bairros e vilas adjacentes.

Da decisão do douto Plenário, requer ainda, seja dada ciência ao magnífico Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professor João Carlos Gomes, no seguinte endereço: Praça Santos Andrade, s/nº, Caixa Postal 992/993 - Ponta Grossa - Paraná.

REQUERIMENTO N° 1315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Doutor Nizan Pereira de Almeida, um pedido de verbas e demais auxílios para o Município de Ventania.

Município este que está desmembrando-se do Município de Tibagi, e está encontrando grande dificuldade em vários setores, sendo um deles o da saúde.

Por isso é solicitado às autoridades competentes uma ajuda para este município, para que o mesmo consiga superar as dificuldades que vem encontrando no início da nova vida.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que se oficie ao Presidente da COPEL, solicitando cópia de todos documentos integrantes do processo de Licitação n° 18782, relativo a compra, pela COPEL, de 400 (quatrocentos) relógios folheados a ouro, da marca CITZEN, adquiridos por aquele órgão de governo conforme ordem de compra n° 19.732, de 10.09.92, assinada pelos Senhores: Vanderlei Bágio Landgraf, Superintendente do Suprimento; Rubens Ghilardi, Diretor Econômico Financeiro e Francisco Luiz Sibut Gomide, Diretor Presidente, que informe o motivo da compra e o destino do objetos, nominando os agra-

ciados e suas respectivas funções.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Deputado José Afonso Júnior, DD. Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando a renovação do Convênio de Cooperação Técnico-Administrativo-Financeiro celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial de Esporte e Turismo, e o Município de Ponta Grossa, objetivando sobretudo a administração de "Vila Velha", "Lagoa Dourada" e "Furnas".

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

É pensamento do município de Ponta Grossa, renovado o Convênio, implantar um projeto global para o setor turístico daquela cidade, a partir do Parque de Vila Velha, o qual gostariam que fosse considerado como instituição do Patrimônio Natural da Humanidade.

Desse projeto global destacamos: a execução do Projeto Arquitetônico de Vila Velha, abrangendo a reforma do circuito de entrada do parque com a construção de uma nova recepção e de um marco referencial; a reforma de sanitários; a erradicação dos pinus do Parque; a municipalização do camping de Vila Velha, que atualmente pertence ao Camping Club do Brasil, uma sociedade particular; a construção de churrasqueiras e sanitários na Lagoa Dourada; a execução do Plano de Integração do Parque de Vila Velha com o Rio São Jorge e, ainda, com a criação dos Parques Municipais de Buraco do Padre, Rio Verde e Rio São Jorge.

REQUERIMENTO N° 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações no sentido de autorizar a imediata implantação do curso de 2° Grau - Contabilidade, na Escola Municipal Antônio Ferreira Rüppel, Ensino de 1° Grau, no Bairro dos França, Município de Ortigueira.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender os constantes reclames dos quatro mil habitantes da localidade Bairro dos França, que dista vinte quilômetros da sede do mu-

nicípio ou de sua comunidade estudantil, aproximadamente cem alunos aptos a cursar o 2º Grau, mas sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelo morador da Avenida Vereador Wadislau Bugalski, 766, quanto à colocação de uma lombada ou redutor de velocidade nas proximidades de sua residência, face aos acidentes que vêm ocorrendo diariamente no local devido a alta velocidade dos veículos que ali trafegam.

Sala das Sessões em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua 1, Casa 4, localizada no Jardim Graziela, naquele município, os quais solicitam que o caminhão de lixo passe no local, pois não usufruem desse serviço e não possuem lugar adequado para se desfazerem do lixo lá existente.

Sala das Sessões em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, quanto a execução de melhoramentos das ruas daquele município, bem como a limpeza dos terrenos. O pedido foi feito pelos moradores da Rua Guaraniaçu, os quais afirmam que as ruas estão abandonadas e que há muito mato em todo o lugar.

Sala das Sessões em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo diariamente na Rua Guaraniaçu, proximidades do número 35, no Jardim Guaraituba, no Município de Colombo. Pedem urgência no atendimento, uma vez que sérios transtornos têm sido causados a todos os moradores da referida rua.

Sala das Sessões em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, com a finalidade de que sejam executados melhoramentos na Rua Paranaguá, localizada naquele município. O pedido foi feito por moradores que lá residem e que afirmam tratar-se de uma ruela, e como consequência, fica impossível o tráfego de caminhões, dificultando a vida de todos.

Sala das Sessões em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1299

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de sanar o problema que ocorre com os ônibus da linha Jardim Boa Vista 4, os quais passam lotados em frente ao Colégio Estadual Francisco Zardo, localizado no bairro de Santa Felicidade, nesta Capital, e que por este motivo não apanham os alunos.

O pedido foi feito pelos pais de alunos que residem no Município de Almirante Tamandaré, sendo que o único meio de transporte que seus filhos dispõem é o referido ônibus.

Ao mesmo tempo, os moradores da Rua Diamante, no Bairro Jardim Boa Vista 4, naquele município, solicitam a limpeza de uma valeta, nas proximidades do número 149, onde o esgoto está correndo a céu aberto. Pedem urgência no atendimento, devido ao mau cheiro que exala e ainda pelo perigo de contraírem doenças.

Sala das Sessões em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1302

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de PÉROLA.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1303

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1304

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado

da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de TAPIRA.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo

REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de MOREIRA SALES.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de IBAITI.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresen-

tada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de MARMELEIRO.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1308

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de BRASILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da

pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1309

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de FLOR DA SERRA DO SUL.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1310

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de XAMBRE.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o

que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de VILA ALTA.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário REQUER o envio de expediente ao Dr. José Moacir Favetti, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública. Solicitando a remessa de 200 cobertores para o mini Presídio do Município de Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente haja vista as dificuldades encontradas pelos carcereiros em atender os presos, pois os mesmos estão passando frio uma vez que o mini presídio não tem cobertores suficientes para atender.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Professor Colares - Ensino de 1° e 2° Graus, da Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Geral do DNER, solicitando que sejam colocados redutores de velocidade, na estrada que liga Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, na altura do Distrito de Periquitos, pois inúmeros acidentes inclusive com mortes ali ocorreram.

Além do grande número de moradores, o Grupo Escolar, armazéns, postos de gasolina, supermercado e comércio em geral, tem ainda neste importante ponto desta estrada, a bifurcação com a estrada vicinal que leva aos Distritos de Bocaina, Barra do Tibagi, Carambei e Cidade de Tibagi.

Dai surge a urgente necessidade desta medida, pois com os redutores de velocidade e sinalização adequada, a vida tanto dos moradores da área, como dos condutores e passageiros dos veículos, estaria melhor protegida.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 1337

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de 03 (três) viaturas para a Polícia Civil do Município de UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1338

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado

expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando à liberação de 02 (duas) viaturas para a Polícia Civil do Município de FRANCISCO BELTRÃO.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1339

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando à liberação de 01 (uma) viatura para a Polícia Civil do Município de ASSIS CHATEAUBRIAND.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1340

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando

à liberação de 01 (uma) viatura para a Polícia Civil do Município de ALTO PIQUIRI.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1341

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando à liberação de 01 (uma) viatura para a Polícia Civil do Município de CRUZEIRO DO OESTE.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1342

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de NOVA OLÍMPIA.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1343

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de RONDON.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1344

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de MARILUZ.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupa-

do é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1345

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de JUSSARA.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1348

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Empresa de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando as providências necessárias para a instalação de um telefone público no estabelecimento comercial de propriedade de Elizio Gallo, na Rua Iretama, n° 08, esquina com Rua Jardim Olinda, na Vila Osternack, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pelo elevado número de moradores da região em questão, situados nas faixas mais carentes de renda, que por não possuírem meios para aquisição de uma assinatura

particular junto à TELEPAR, constituem-se em usuários potenciais do serviço reclamado.

Tais moradores têm enfrentado sérias dificuldades quando da necessidade de comunicação telefônica, por não haver, nas proximidades, telefone público para esses fins.

Por fim, cabe ressaltar a imprescindibilidade de tal serviço diante de situações emergenciais como quando da necessidade de acionar Corpo de Bombeiros, rádio patrulha e ambulância, dentre outros.

REQUERIMENTO N° 1349

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário defronte à sede da Associação de Moradores e Amigos da Vila Osterneck, à Rua 03, esquina com Rua 02, transversal com Rua Itaguajé, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação pelo elevado número de moradores de baixa renda da região em questão, sem condições de adquirir uma assinatura particular junto à TELEPAR, constituindo-se em usuários potenciais do serviço reclamado.

A localização indicada é oportuna, haja vista ao grande número de pessoas que por ali circulam diariamente. No local estão situados o programa Piá Ambiental da Prefeitura Municipal de Curitiba e a sede da Associação de Moradores da Vila Osterneck, sendo que esta última assume a responsabilidade de comercializar as fichas telefônicas e zelar pela conservação do aparelho a ser instalado.

REQUERIMENTO N° 1354

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Superintendência Regional da Empresa de Correios e Telégrafos, solicitando as providências necessárias para a instalação de uma caixa coletora de correspondências na Avenida das Palmeiras, preferencialmente defronte ao n° 21 (Panificadora e Mercearia Valdecir) no Jardim Santa Mônica, Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se

pelo elevado número de moradores da região em questão, que atualmente são obrigados a deslocar-se até o centro do município de Piraquara quando da necessidade de postar correspondências.

O local indicado para a instalação é extremamente apropriado por constituir ponto de grande circulação dos moradores do Jardim Santa Mônica.

Diante dessas razões, confiamos nas providências da competente Empresa de Correios e Telégrafos para extensão do benefício requerido à população do município de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 1355

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Saneamento - SANEPAR, solicitando as providências necessárias para a instalação de rede de abastecimento de água e de esgoto nas Vilas Branco Pombo, Jardim Santa Rosa e Paraíso, no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A região em questão, localizada no Município vizinho de São José dos Pinhais, experimentou extraordinário crescimento populacional nos últimos anos. Inúmeras residências foram construídas na região e para lá dirigiram-se inúmeras famílias.

Entretanto, a esse crescimento não correspondeu a instalação de uma infraestrutura necessária para garantir uma vida de qualidade àquela população.

Dentre isso inclui-se a rede de abastecimento de água tratada e de esgoto, a fim de permitir que tais famílias possam dispor de meios básicos para a alimentação e a conservação da higiene.

Finalmente, é preciso alertar para o elevado número de crianças, residentes nos conjuntos supramencionados, suscetíveis a moléstias decorrentes dos problemas originados na falta de água apropriada para o consumo e de rede de tratamento de esgoto.

REQUERIMENTO N° 1361

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Januário Alves de Souza, localizada no bairro do Boqueirão, quanto

a instalação de iluminação pública nesta rua. A solicitação deve-se ao fato de que não há postes instalados, conseqüentemente a rua fica toda escura à noite, causando muita apreensão e insegurança nas pessoas que lá residem e que necessitam por ela transitar. Pedem urgência no atendimento, antes que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Haiti, no bairro Rio Verde, quanto a limpeza das valetas nesta rua, pois as mesmas estão com águas paradas e exalam mau odor, ainda havendo o perigo de contaminação de doenças. Pedem urgência no atendimento, devido ao estado lastimável em que se encontram.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS, para que execute melhoramentos na rua Juscelino Kubitschek, nas proximidades do n° 499, localizada na Vila Amélia, uma vez que a mesma está com rachaduras causadas pelo tráfego do ônibus. Afirmam que quando o ônibus passa, as casas tremem e sérios danos estão ocorrendo. Solicitam, ainda, a limpeza nas manilhas da rua Wenceslau Brás, em frente ao n° 112, naquele Município, pois as mesmas exalam mau odor, bem como há o perigo de contaminação de doenças.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1364

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pela moradora da Rua João Gonçalves Ledo n° 10, quanto a execução de rede de esgotos em frente à sua casa, devido a existência de uma valeta a céu aberto onde corre o esgoto. Pede urgência no atendimento, face ao estado lastimável em que se encontra, pelo

mau cheiro que exala e ainda pelo perigo de contração de doenças.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, no sentido de atender o pedido feito pelo morador da Rua Maria Simeão Bettega, n° 162, localizada no bairro do Novo Mundo, quanto a colocação de duas lâmpadas em frente ao referido endereço. A presente solicitação prende-se ao fato de que já fazem três meses que vem solicitando a colocação das lâmpadas à COPEL, porém não foi atendido.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1369

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do Município de Telêmaco Borba.

O Município de Telêmaco Borba, com uma área de 1689km², um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 70.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1370

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transporte, Mário Pereira, solicitando máquinas, cascalho e caminhões para o Município de Ventania.

As dificuldades na implantação do Município de Ventania, desmembrando-se de Tibagi, são imensas, na saúde, educação e

transporte.

As estradas rurais e vicinais estão em péssimas condições, pois sem recursos, sem maquinário, e sem caminhões torna-se quase impossível a administração do Município.

O Prefeito Antonio Helli Santiago, apesar de todos esses desafios, vem trabalhando excessivamente para vencê-los, esperando que o Estado ajude através da Secretaria dos Transportes na pessoa do Excelentíssimo Secretário Mário Pereira, a superar essas dificuldades no início da nova vida do Município de Ventania.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando uma máquina de xerox para a escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, do Município de Sarandi - Paraná.

Tal solicitação se faz necessário em virtude que esta Escola possui aproximadamente 1.200 (hum mil e duzentos) alunos em sua maioria de baixo poder aquisitivo, e puderam comprar seus livros Didáticos este ano, sendo que os professores precisam tirar cópias xerox dos livros para serem distribuídos aos mesmos.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Doutor José Moacir Favetti, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a remessa de 50 (cinquenta) cobertores para o presídio do Município de Sarandi.

Tal solicitação justifica-se plenamente haja vista as dificuldades encontradas pelos carcereiros em atender os presos, pois os mesmos estão passando frio, uma vez que o presídio não tem cobertores suficiente para atendê-los.

Sala das Sessões, em 24.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1374

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça e ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. Luiz

José Perrotti, Presidente da Comissão de Divisão Judiciária, solicitando que se mantenha os Municípios de Vila Alta, Douradina e Ivaté, na Comarca de Umuarama, quando da redação da Nova Divisão Judiciária do Paraná.

Do aprovado, requer ainda, comunicação aos Senhores Arecídio Cassiano Junior - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Umuarama (Pça. Henio Romagnoli, 3800 Ed. Centro Comercial Antonio Romero Filho - Prefeito Municipal de Umuarama, Manoel Ribeiro de Oliveira - Prefeito de Douradina, João de Abreu Santos - Presidente da Câmara Municipal de Douradina (Av. Barão do Rio Branco, s/n° - Cx. Postal 51); João Gonçalves da Silva - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Douradina (Rua Osvaldo Ribeiro, s/n° - Cx. Postal 16); Nelson Castellini - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Douradina (Av. Barão do Rio Branco, 470); Elmida Panazzolo - Prefeita Municipal de Ivaté; Edson Pompilio da Silva - Presidente da Câmara Municipal de Vila Alta; Dayse Meyre Jardim - Prefeita Municipal de Vila Alta (Av. Tupi, s/n).

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Em expedientes exarados por essas e outras autoridades municipais e regional - Lideranças inconteste e, representantes da população, principalmente desses três municípios envolvidos - Vila Alta, Ivaté e Douradina, a manifestação inequívoca a possível mudança na legislação judiciária, não aprovando a passagem desta para a comarca de Icaraíma, como se propala.

Transcrevo trechos das manifestações, configurando tal posição.

"Manifesta nossa posição contrária diante dos rumores de que este município (...), possivelmente, possa vir a integrar a Comarca de Icaraíma, com a nova Divisão Judiciária do Estado do Paraná que, segundo nos conta, acha-se em adiantado estudo".

As razões são os inconvenientes que advirão desta mudança, uma delas é a falta de transporte mais a miúdo.

"Acreditamos que V. Ex. será sensível às nossas ponderações e aguardamos que as autoridades não alterem o quadro que ora se acha funcionando convenientemente", encerra o manifesto.

REQUERIMENTO N° 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja

determinado a construção de um Posto de Saúde, no Bairro da Vila Operária, em Iporã.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação parte dos moradores daquele populoso bairro de Iporã, representado pela sua Associação, o qual relata que a grande maioria das famílias são de bóias-frias e que não possuem atendimento na área de Saúde de forma adequada.

A construção de uma unidade sanitária em muito iria contribuir para amenizar as dificuldades pelas quais passam as crianças, os adultos e os idosos da Vila Operária.

REQUERIMENTO N° 1376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado José Durval Mattos do Amaral, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de solicitar a construção de um salão comunitário no Bairro da Vila Operária, em Iporã.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Vila Operária possui um grande número de moradores a maioria bóias-frias, não tendo local adequado para promover as reuniões da sua Entidade representativa.

Dentro do Programa de Apoio aos Movimentos Sociais e Populares encetado por essa Secretaria, apelamos para que tais recursos possam ser alocados para tal fim.

REQUERIMENTO N° 1368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência oficial ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, sugerindo que a nova modalidade de CRÉDITO RURAL, "EQUIVALÊNCIA/PRODUTO", anunciada com o último pacote agrícola, seja realmente efetivado.

Há dois meses, quando o programa foi anunciado, criou-se uma grande expectativa, aliada a euforia, em todos os produtores rurais, que acreditam ser a medida de extrema importância para o setor agrícola.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário a inserção na

Ata dos trabalhos da presente Sessão do artigo PORTA RETRATO - ARTUR BARTHELMESS, publicado na Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1390

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa o tablóide "O Judiciário, o Governador e o Jornalista", encartado no Jornal do Estado do dia 23 de maio próximo passado, contendo a série de artigos publicada por aquele veículo de imprensa, de autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, por ocasião da crise entre os Poderes Judiciário e Executivo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Contendo os artigos "O Governador, o Juiz e a má política", "O Juiz e o Poder", "Poder Judiciário - Novo Chefe", "Até Quando Abusará da nossa Paciência?", "Justiça para os Julgadores", "O Salário do Governador e o do Juiz", "O Elogio da Loucura", "Autonomia do Poder Político", "Dos Deputados e dos Desembargadores", "Legislativo versus Judiciário" e "Os Trinta Dinheiros do Governador", a série de artigos de autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, reunida agora em tablóide pelo Jornal do Estado, é de grande importância para compreensão dos fatos que movimentaram a crise, sem precedentes, entre os Poderes Judiciário e Executivo do Estado do Paraná.

Requerer a transcrição de tais artigos e destaca a importância do papel da imprensa por ocasião de tal episódio, dimensionada pelas palavras do Juiz Luiz César de Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná: "Uma crise como essa, entre o Executivo e o Judiciário, dá ensejo a mais uma avaliação do papel da Imprensa. A completa paralisação da Justiça do Paraná tem origem, como se sabe, nas atitudes despóticas e inusitadas do Governador, que se considera acima das leis e das decisões judiciais, desconhece a autonomia do Poder Judiciário e procura desmoralizar seus integrantes perante a opinião pública, usando o peso de uma bem montada e dispendiosa máquina publicitária.

Nesse momento de verdadeiro conflito institucional, espera-se que os órgãos de comunicação cumpram fielmente o seu papel, informando de modo preciso e isento, analisando com conhecimento de causa, divulgando amplamente, pondo à mostra a realidade".

A série de artigos objeto da presente

proposta é um retrato do serviço prestado pelo Jornal do Estado à defesa da Constituição, pela autonomia dos Poderes e limitação dos atos despóticos que visam ferir a harmonia entre esses Poderes e fazer desmoronar a ordem institucional e jurídica.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em sua coluna dominical do jornal do Estado de São Paulo, o jornalista e escritor Fernando Pedreira, publicou ontem artigo intitulado: "Os corruptocratas".

Por sua qualidade e plena aplicação aos destinos e modo como vem sendo praticados os negócios na República brasileira, tomei algumas anotações que me parecem da maior atualidade.

Diz o jornalista e escritor Fernando Pedreira: "Eliseu não é bom, não é mau, é apenas a expressão clássica, notória de um estado de coisas que transformou a alta administração pública brasileira numa bem azeitada máquina a serviço da corrupção institucionalizada. O problema não é só o ex-Ministro, sai um, entra outro, o problema são os grandes cartéis corruptores que hoje governam o País, de dentro do Governo ou por trás dele. São empresas imensas, solidamente estabelecidas e poderosíssimas que poderiam, se quisessem, melhor do que ninguém, reduzir a pó de traque a corrupção e os corruptos."

Ainda há alguns anos uma delas se desentendeu com o Governador malandro, Haroldo Leon Perez, do Paraná. Denunciando publicamente e demitido, sem nenhuma dificuldade. Mais lucrativo e confortável, no entanto, é fazer o oposto, alimentar a corrupção, organizá-la e cevar-se à sua sombra.

Enquanto Itamar, um Presidente fora dos trilhos, segundo o mestre Carlos Castelo Branco, gasta o seu tempo batendo boca, em público, com seus próprios partidários, Ministros e ex-Ministros, os grandes oligopólios usam a máquina da corrupção para administrar, de fato o País, decidir o que se faz e o que não se faz e por que preço. Tudo que não interessa ou que não convém ao seu faturamento é posto à margem."

Tenho me ocupado e insistentemente vou me ocupar, na ação parlamentar que me foi confiada pelo eleitorado do Paraná, pelos mais de 12.000 paranaenses, tenho me ocupado de promover aqui o processo de crítica e autocritica, exercitando o Mandato, enquanto instrumento a favor da cidadania. Tenho me ocupado de desfazer ou mesmo de

comprovar os equívocos do Governo. Tenho me ocupado de identificar os equívocos nas administrações de nossos adversários, e mais do que tudo tenho me ocupado de, com o maior critério analisar todas as matérias que são submetidas a esta Casa. É assim, e talvez em função disso que a Liderança do Partido Democrático Trabalhista, mais especificamente o Deputado Paulo Maia, procurou ainda recentemente estabelecer um confronto entre a nossa palavra e a nossa ação concreta. E foi desse modo que o Jornal do Estado, na última sexta-feira, em gesto nobre, fez publicar, por direito de resposta, esclarecimentos que prestamos quanto a um conjunto de questões suscitadas pelo Deputado Paulo Maia do PDT, que passo a ler (Lê):

"BONA TURRA RESPONDE

Com referência à matéria publicada na última sexta-feira neste jornal contendo referências do Deputado Paulo Maia a denúncias que promovi da tribuna da Assembleia Legislativa, tenho a esclarecer o seguinte:

1 - Cumpri meu dever, transmitindo à opinião pública informações que recebi de fonte fidedigna, relativas a uma operação triangular mediante a qual, através da agência de publicidade paraguaia, a Nasta, com sede em Assunção, o Banco BAMERINDUS veio a aplicar vultosa soma de recursos na campanha Rafael Greca de Macedo à Prefeitura da capital.

2 - Quanto à alegada ausência de medidas judiciais, informo que ingressei no início de abril junto ao Ministério Público, requerendo apuração do derrame, pela Urbs, no mercado, de 25 milhões de vales-transportes, que causou rombo estimado à época em Cr\$ 75 bilhões (setenta e cinco bilhões de cruzeiros); bem assim, para, apurar a articulação desta irregularidade com a limitação de venda dos vales-transportes aos dez primeiros dias do mês, estabelecida pelo Decreto Municipal 328/93, em clara violação ao Código do Consumidor e à Lei de Crimes contra a Ordem Econômica e as Relações de Consumo (Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

3 - Ao contrário do que procura fazer crer o Deputado Paulo Maia, nossa censura, no caso do show do tenor Carreras, não incidiu sobre o uso de recursos do município para promover a vinda do grande artista catalão, mas na associação sistemática, sem observância das exigências legais, de uma pessoa jurídica de direito público - a Prefeitura de Curitiba - com o BAMERINDUS e demais grupos privados. Constitui esta associação ato de improbidade administrativa, previsto na lei 8429, de 2 de junho de 1992, a saber, a lei de enriquecimento ilícito e de improbidade dos agentes

públicos, quando enquadra com delito a facilitação, por agente público, do enriquecimento de entidade privada. Ora, o patrocínio de atividades de natureza pública não é ônus, mas vantagem para o particular. A imagem de Curitiba foi gentilmente cedida ao BAMERINDUS e outras empresas pela gestão greco-lernerista.

E este ato concorre para o enriquecimento daquele grupo financeiro, ilícitamente.

3 - Novamente no que se refere à suposta ausência de obras sociais na programação administrativa o Prefeito Greca, tergiversa deliberadamente o Deputado-líder do PDT. Jamais afirmei que não há obras de cunho social. Afirmei, sim e sustento, uma dura crítica à liberdade com que a Prefeitura de Curitiba, nas gestões Lerner e Greca, vêm aplicando o sistema licitatório previsto no Decreto nº 2.300. Ao dispensar de publicidade obras e serviços de até Cr\$ 3 bilhões (três bilhões de cruzeiros), tal sistemática oportuniza a entrega de verdadeiras "mamatas" a amigos e apaniguados.

Contrasta pela frouxidão na gestão dos recursos públicos, a prática greco-lernerista com a rígida austeridade com que o Governo do Estado promove a licitação das obras públicas, dentro da disciplina estabelecida no decreto estadual 700, que prevê publicidade prévia na imprensa oficial e particular, para todas as obras e compras, além do estabelecimento de preço máximo, sem limite de desconto, com orçamento cientificamente apropriado. Com a Prefeitura, a vida dos cartéis da construção é vida fácil - facilidade que se extrema no regime de ausência de preço máximo, com a adoção da velha fórmula do preço-base, que permite variações a maior ou a menor de até quinze por cento.

Obviamente, a gestão Greca poderia realizar número muito maior de obras em favor da população, à condição de maximizar o valor de cada tostão aplicado.

Luiz Henrique Bona Turra"

Eram esclarecimentos, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. Mário Bezerra - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - O Deputado Líder da Bancada do PMDB, Renato Adur, deverá fazer uso do Horário da Liderança do que resta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

Liderança do PSDB. (Declina).

Liderança do BPI. (Declina).

Liderança do PTB. (Declina).

Liderança do PFL. (Declina).

Liderança do PP. (Declina).

Liderança PL. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Presidência dos trabalhos da Assembléia Legislativa um voto de congratulações por completar hoje, o Dr. Paulo Roberto Cordeiro, dois anos à frente da Telecomunicações do Paraná, a Telepar. Consolidando a proposta de preparar a empresa para o terceiro milênio a consolidação da desafiante proposta ocorreu por intermédio de uma arrojada política de investimentos, em parceria com a iniciativa privada, aplicada na contratação de novos terminais telefônicos, ampliação das rotas interurbanas de transmissão, e na implantação de novas tecnologias - telefonia celular, fibras ópticas, comunicação de dados e telefonia pública inteligente.

A TELEPAR é a empresa nota 10 do Sistema TELEBRÁS, tendo obtido esse resultado no final do ano graças ao seu aperfeiçoamento operacional.

Nos últimos dois anos, uma das principais realizações da empresa foi o estabelecimento de uma parceria com a iniciativa privada, possibilitando a implantação de 64.997 novos terminais telefônicos. Só no ano passado foram implantados 31.719 terminais convencionais, 10 mil móveis celulares e 1.090 celulares rurais fixos.

Hoje, para se ter uma idéia da grandiosidade da companhia, a TELEPAR tem mais de 720 mil terminais instalados, em sua área de concessão, atendendo a 1.908 localidades em 385 municípios.

Vale lembrar que em 1992 foram contratados mais 132.002 terminais, um recorde na história da empresa.

Grandes investimentos também estão sendo feitos na área de transmissão de telefonia. A TELEPAR está renovando e ampliando as suas rotas interurbanas e dotando-se de modernos equipamentos digitais. Assim, o Paraná passa a contar com maior número de canais para transmissão de telefonia (voz), imagens e dados.

Hoje já é realidade no Paraná a telefonia celular, tanto a móvel como a rural fixa. Curitiba foi a terceira cidade brasileira a implantar serviço móvel, o que aconteceu no dia 4 de setembro do ano passado. Atualmente, a capital, os municípios de região metropolitana de Curitiba e o litoral do Estado já dispõem de mais de 4 mil terminais, de julho próximo, provavelmente com a presença do Presidente da República, Itamar Franco, a telefonia celu-

lar será ativada no interior do Paraná, com a inauguração do serviço em Maringá, beneficiando toda a área do Metronor, com oito mil terminais inicialmente.

E a telefonia celular rural fixa já está operando, desde o ano passado, nas comunidades rurais dos municípios polarizadas por Cascavel e Guarapuava.

Outro serviço em franca expansão na TELEPAR é a comunicação de dados, conhecido como DATAPAR. O serviço permite aos clientes interligar, por meio da informática, suas unidades em várias regiões do Estado. Já foram implantadas diversas rotas interurbanas e urbanas exclusivas para a operação do DATAPAR.

Novidade também é o telefone público inteligente, que, gradativamente na capital e no interior, irá substituir o telefone público convencional.

O telefone público inteligente é dotado de circuitos eletrônicos especiais e toda a sua operação é supervisionada por computadores.

Para finalizar, cumpre destacar que em 1992, em decorrência do seu desempenho, a TELEPAR fechou o ano com um lucro líquido de Cr\$ 186 bilhões. Na verdade, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, a TELEPAR é uma estatal que vem cumprindo com a sua determinação e seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra a Liderança do PT. Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Nas últimas semanas tenho recebido inúmeras correspondências de vários sindicatos de Bancários do interior do Estado. Recebi correspondência do Sindicato dos Bancários de Arapoti, Sindicato dos Bancários de Umuarama, Sindicato dos Bancários de Apucarana, de Londrina, e uma carta de um funcionário deficiente que foi demitido pelo BANESTADO, e por último, sexta-feira, recebi do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, todos eles com a mesma queixa. O Governador Roberto Requião mandou que o Diretor Presidente do BANESTADO Wallace de Mello que passasse a fazer a demissão e a perseguição dos bancários ligados àquela instituição. Chega no setor de recursos humanos de uma agência bancária como aconteceu agora recentemente em Novo Hamburgo, Blumenau e Florianópolis. Nesses locais o Diretor do Banestado leva uma lista de funcionários que têm ação trabalhista contra o Banco ou que entraram na justiça para obter o pagamento da Plano Bresser ou do Plano Cruzado. Tanto o Plano Bresser como o Plano Cruzado foram encarados como achatamento salarial por todos os trabalhadores brasileiros, e muitos desses tra-

balhadores entraram na Justiça, através de seus sindicatos, para obterem seus direitos, e estão conquistando esses direitos. Agora, os bancários que trabalham no BANESTADO o Governador não permite que eles lutem por esses direitos. Agora, o Diretor Presidente, como é primo do Sr. Governador, pode fazer ação trabalhista contra o Badep, como ele está fazendo. Ele pode buscar seus direitos na justiça, mas um simples bancário do Banestado não pode fazer. Sexta-feira os Diretores chegaram em Florianópolis e, sob coação, obrigaram os servidores a assinar a desistência de ação contra o BANESTADO. Aqueles que não fizeram foram demitidos imediatamente. Assim foi em Novo Hamburgo, foi em Blumenau, inclusive demitindo um dirigente sindical. Em Florianópolis se negaram, e a agência entrou em greve, e continua em greve ainda hoje.

E o Governador, estando em Florianópolis nesse final de semana, negou-se a conversar com os funcionários e com a direção dos bancários, alegando que ele não poderia conversar porque os Bancários disseram que ele mentia quando durante uma entrevista ele disse que não estava demitindo ninguém.

Vou ler um trecho da carta enviada pelo sindicato dos empregados de um estabelecimento bancário de Umuarama, que diz o seguinte: "Em anexo encaminhamos-lhe cópia da correspondência entregue pelos Senhores Paulino e Edilson, dirigentes sindicais, nas mãos do Senhor Governador Roberto Requião, por ocasião de sua visita em Umuarama em 24.04.93".

Nessa correspondência diz o seguinte os dirigentes bancários: "Quanto às demissões é inacreditável o que observamos: demissões isoladas e em pequenas quantidades, como forma de anestesiar a reação do funcionalismo, demissões por justa causa de funcionários que entraram com reclamações trabalhistas contra o Banco, obstruindo direitos civis e, invertendo papéis, colocando o banco na condição de vítima. Além do que verifica-se na maioria dos casos um caráter nítido de perseguição política, o que é inaceitável.

E os bancários se queixam que fazem jornadas estafantes de 9 a 11 hs de serviço e muitos deles não percebem nem a hora-extra, e o BANESTADO passa, ao contrário do que se esperava, que era fazer um concurso público, a contratar estagiários, tendo hoje cerca de mil estagiários trabalhando.

Em Florianópolis, também passou a demitir. O BANESTADO comete um crime contra os direitos dos bancários, diz a nota do sindicato, desde ontem à tarde está forçando os trabalhadores a assinarem uma

carta de desistência de todas as ações trabalhistas que estão em andamento na justiça.

E assim, é o que tem ocorrido nas agências do BANESTADO, por ordem do Senhor Governador, que faz discurso de defesa de trabalhadores e, no entanto, persegue trabalhadores que lutam pelos seus direitos, sejam esses trabalhadores do BANESTADO ou quando ligados a Administração Direta.

Nós já não suportamos mais os discursos progressistas de defesa da classe trabalhadora e contra a exploração.

Se enxerga no desemprego trabalhadores bancários, como fez em Londrina, demitindo um trabalhador, que é deficiente físico, cuja esposa já se encontrava demitida e sem emprego e colocando os dois no desemprego. Já é hoje uma família passando fome.

Tal trabalhador já começou a vender seus bens de dentro de casa e pede hoje ajuda a seus companheiros bancários que fazem "vaquinha" no estabelecimento para poder sustentá-lo e no entanto correndo atrás de uma ação trabalhista milionária, encontra-se o Diretor-Presidente do BANESTADO Heitor Wallace de Mello.

Este pode fazer ação milionária contra o BADEP. Agora um simples bancário, na busca e na luta de seus direitos trabalhistas contra o achamento salarial imposto pelo Plano Bresser e pelo Plano Cruzado, se entra na justiça, é demitido.

Esse é o tratamento que dá o Governador aos bancários. Eu sei que o PMDB fez uso do seu Horário de Liderança e gostaria que a liderança do PMDB se manifestasse, argumentando por que o Governador demite os trabalhadores bancários e não afasta, se ele quer tratamento isonômico o principal dirigente do BANESTADO que tem ação. Se este pode, os demais também podem continuar com a ação.

Espero a argumentação da liderança do PMDB, o porquê das demissões do BANESTADO e não só a argumentação, mas toda explicação completa e que se justifique esse tipo de injustiça que está ocorrendo no BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos nesta tarde dizer da alegria, da satisfação de termos visto mais uma vez, uma grande personalidade, uma figura extraordinária já está sendo convocada mais uma vez, para assumir um Ministério da Presidência da República.

O ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, fruto de sua capacidade, da sua inte-

ligência, da sua criatividade, mais uma vez foi lembrado, já pela terceira vez, duas das vezes anteriores quando então era Presidente Fernando Collor de Mello e agora com o Presidente Itamar Franco.

Ex-Prefeito Jaime Lerner, disse das suas razões pelas quais não aceitou mais uma vez, entendendo ele que o momento requer muito cuidado, que o momento requer muita reflexão e além do que o fato de ser oferecido a ele o Ministério do Meio Ambiente, não era no momento a prioridade no País, além do que o Ministério totalmente sucateado e que ele, Jaime Lerner, não teria tempo suficiente para preparar uma equipe, preparar um programa de ação para poder desenvolver alguma coisa em favor do Brasil.

Eu acho que a classe política do Paraná deve se sentir orgulhosa de ver mais uma vez a figura, a pessoa do Prefeito Jaime Lerner ser lembrado e ser, inclusive, bastante assediado, não apenas pelo Ministro Maurício Correia, mas pelo próprio Presidente da República no sentido de que viesse ocupar uma pasta.

Jaime Lerner tem um projeto político: o seu projeto é o Governo do Estado do Paraná.

Lamentavelmente ao mesmo tempo que o Paraná, independente da cor partidária a que pertença esse político, todo o Paraná, toda a classe política, acredito, sentiu-se honrada e orgulhosa ao ver as manchetes dos jornais nacionais, os canais de televisão falando no nome de Jaime Lerner.

Parece que infelizmente no Paraná somente aqueles mais ligados ao Governador Roberto Requião não entenderam e não sentiram a valorização que se dá ao Estado do Paraná, nesta hora.

Não sei se saiu da boca do vice-Governador, ou se foi uma matéria plantada e quem sabe, nem eles tenham conhecimento da notícia.

No sábado mesmo, o jornal Correio de Notícias estampa na primeira página, em manchete dizendo: que Mário Pereira estava indicando Jaime Lerner para o DETRAN. Isto significa, Senhores Parlamentares, uma falta de consideração.

Eu acho que o vice-Governador perdeu a grande oportunidade de ficar com a boca fechada, porque até agora o vice-Governador Mário Pereira também não disse por que veio ao Governo do Estado. Até agora não disse por que a sua Secretaria dos Transportes ainda não resolveu o problema das estradas no Estado do Paraná. Sua Excelência tem se colocado numa omissão completa dentro do Estado do Paraná, digo, dentro do Governo do Estado do Paraná, e sai com tamanha brincadeira, com tamanha irresponsabilidade quando o País todo con-

voca Jaime Lerner pela sua inteligência, pela sua capacidade, vem o vice-Governador do Estado do Paraná com uma brincadeira deste tamanho, com tamanha irresponsabilidade, convocando o ex-Prefeito para assumir a função de Diretor do DETRAN.

Lamentamos profundamente.

Não quero acreditar até que o vice-Governador tenha dito estas palavras, dizendo que o Jaime Lerner era um bom arquiteto, maquiador de cidades e que portanto poderia ajudar a resolver os problemas do DETRAN.

Eu acho que o DETRAN teve seus problemas resolvidos, sim, com a bela administração de Deliberador, e que lamentavelmente perde o PMDB, perde o Governo do Estado do Paraná, uma figura de muita responsabilidade que conseguiu recuperar a imagem do DETRAN que era uma imagem desgastada diante de tantas corrupções e lembro aos Srs. Parlamentares que em época de eleições passadas alguns municípios tiveram mais portadores de carteira de habilitação do que eleitores em determinadas cidades. E dou exemplo aqui, a Cidade de Cruzeiro do Oeste e outras tantas que apareceram no noticiário.

Portanto, gostaria e quero, Sr. Presidente, lamentar profundamente que tenha ocorrido este fato num momento que todo o País fala da importância de Jaime Lerner no contexto federal. Aqui no Paraná, infelizmente, os despeitados, os com dor-de-cotovelo, os incompetentes, estão aí a sair com brincadeiras de mau gosto.

O Sr. Renato Adur - Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Algaci Túlio, temos obrigação de esclarecer que pela manhã estivemos em audiência com o vice-Governador Mário Pereira, e ele estava bastante chateado por esta nota que deve ter sido plantada num jornal da Capital.

O vice-Governador e Secretário Mário Pereira já elaborou de manhã um esclarecimento à imprensa e já encaminhou esse esclarecimento.

Portanto, não procede a acusação ao vice-Governador Mário Pereira, que tem demonstrado uma coerência nas suas atitudes, uma postura muito correta, no dia a dia, na condição de Secretário dos Transportes.

Portanto, é importante que se coloque este esclarecimento: o Secretário não autorizou esta nota, estranhou, inclusive, as manchetes deste jornal. E eu aconselharia, se assim valer, que Vossa Excelência procurasse verificar realmente, no jornal, na fonte, quem procedeu esta nota ou esta informação, que gerou esta notícia-manchete no sábado, no Correio de Notícias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência, líder do PMDB, me coloca numa situação difícil e me dá uma tarefa praticamente impossível, porque o jornal que estampou é o jornal que dá apoio completo ao Governo do Estado. Certamente, se eu for pedir uma informação de quem deu, para começar o jornalista, evidentemente, vai guardar a sua fonte. E isso é uma coisa, uma questão de ética do jornalista.

De qualquer maneira, como Vossa Excelência já disse, se o vice-Governador está se retratando, está esclarecendo os fatos, eu já fico satisfeito. Porque não poderíamos admitir que o vice-Governador viesse com tamanha brincadeira, com tamanha irresponsabilidade, quando o Estado do Paraná precisa dele como vice-Governador para coisas muito mais importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, para conclusão do Horário do PMDB, concedemos a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados. (Lê):

"Temos presenciado algumas acusações contra a pessoa do Governador Roberto Requião, acusações essas, via de regra infundadas, quanto a conteúdo e sempre desprovidas de cunho público, dando a entender que suas intenções são eleitoreiras e demagógicas.

Por tudo isso, temos apenas observado, até então, qual a real intenção destas acusações e tenho chegado à conclusão de que este é o único meio que encontraram para permanecerem na mídia e assim mesmo nos veículos que por um motivo ou outro estão contrários aos programas e atitudes do Governo do Estado do Paraná.

Porém, algumas assertivas chegam a navegar no oceano da mediocridade, com velas estufadas pelo vento da mentira, sempre acreditando que estão investindo nas funções de paladinos da moralidade pública, pelo menos a uso externo.

E, nas últimas duas semanas, percebemos que o nobre Deputado Mário Bezerra tem, através de uma oratória de bom efeito, feito acusações que margeiam o campo do insulto pessoal, como adentra na seara da vida particular do Chefe de Estado.

Mas, deixemos o campo dito político, onde tudo se fala na cobertura da imunidade, e vamos aos fatos, aos dois fatos que gostaria, agora, de discutir, sem exaltação de ânimos e com grande dose de justiça.

O nobre Parlamentar Mário Bezerra, de forma inusitada, fez acusações de que o Bloco da Situação, com assento nesta Casa, havia impedido que seu requerimento de instauração de uma CPI tivesse prosperado

e, que tal feito havia sido obtido de forma irregular e desonesta.

Absolutamente não, Sr. Deputado. Não foi conseguido nada de desonesto e muito menos de forma irregular ou imoral.

Acontece que Vossa Excelência vinha ameaçando entrar com o seu pedido há mais de dez dias e não o fez porque se tentou uma conciliação que não chegou a um bom termo.

Além do mais, uma bancada, seja governista ou não, tem obrigações técnicas a cumprir, só deixando de executá-las por incompetência ou por interesse político. Não pode sofrer reprimendas de quem quer que seja o fato legal de bem desenvolver as suas funções. Falsas as palavras acusatórias. Falsa a intenção de se abordar a moralidade como justificativa para atos pessoais, quando esta, em tempo algum, ocupou o espaço decisório de suas intenções.

Precisamos de uma vez por todas colocar cobro em palavras insanas proferidas deste Plenário à guisa de se defender uma idéia, uma postura, um ato impróprio da Administração pública.

Mesmo sem a CPI, a sua palavra, Mário Bezerra, não poderá ser cassada. Sinta-se à vontade, pois os horários regimentais estão à disposição de Vossa Excelência, bem como os demais dispositivos legais.

Porém, tenho certeza de que a palavra do Parlamentar possui uma avenida de duas mãos e os versos de Augusto dos Anjos poderão ser lembrados neste momento por nós, em seu trecho mais citado:

"A mão que afaga é a mesma que apedreja.

A boca que beija é a mesma que escarrega".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos na sessão última um requerimento do Deputado Mário Bezerra, que solicitava esclarecimentos da COPEL sobre a compra de quatrocentos relógios folheados a ouro. Esse requerimento na sessão passada não seguiu adiante porque a sessão caiu e tal requerimento não foi aprovado e certamente deverá ser apreciado na sessão de hoje.

Portanto, nós iremos recusar tal requerimento, assim como iremos recusar todos os demais requerimentos do Deputado Mário Bezerra que venham com a mesma intenção de macular uma administração proba e honesta, como a de Requião. E porque isso afirmamos, Sr. Presidente, e meus incógnitos pares?

Temos dois motivos básicos para tal atitude:

Primeiro - A Lei Estadual nº 8.358/86 de autoria da Bancada do PMDB durante o Governo do então peemedebista José Richa determina o envio regular à ALEP dos documentos de todas as licitações.

Desta forma a licitação em apreço já se encontra à disposição desta Casa, bem como da Comissão de Fiscalização, Comissão esta presidida pelo Deputado Mário Bezerra, desde agosto de 1992, quase um ano, remetida que foi através da COPEL em seus ofícios n.ºs. CO-SAD-072/92 de 20.08.92 e CO-SAD-007/93 de 14.01.93.

Como podemos perceber se a Presidência da Comissão de Fiscalização não tem conhecimento dos documentos enviados, deixa entender um descaminho organizacional que leva a conclusões precipitadas, injustas e demagógicas. Não se tem mais nada para responder.

Mas em SEGUNDO plano temos a informar o seguinte:

2 - Quanto ao motivo e destino da aquisição:

Constitui tradição da COPEL de vários anos brindar, por ocasião das solenidades comemorativas do aniversário da Companhia (26 de outubro), os empregados aposentados nos 12 meses precedentes, recebam sempre da direção da Companhia uma lembrança, uma pequena relíquia, alguma coisa que marque os trinta e cinco anos de Funcionários da Copel. Funcionários, não os funcionários graduados - os eletricitistas...

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de saber quantos minutos estão liberados para a Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - São oito minutos e meio.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Então já são 8 minutos e quarenta e um!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita ao Deputado Renato Adur que conclua o seu pronunciamento.

O SR. RENATO ADUR - Muito bem. Então, esses brindes são costumeiros nos aniversários da Copel aos funcionários da empresa que, efetivamente, dedicaram 35 anos de atividade para a companhia. E não são relógios de ouro, não são relógios com toda essa pompa, são pequenos brindes que têm, inclusive, aqui nesta Casa - através dessa documentação poderá ser comprovado. O nome das pessoas, Deputado Mário Bezerra, nós fizemos questão que não viesse para cá para não expor funcionários humildes a uma situação de ver seus nomes nos jornais e termos problemas aqui dentro desta Casa, mas estão à inteira disposição de V.Exa. na Copel, na hora e no momento que V.Exa. desejar. O que não é de bom alvitre que se coloque esses nomes a público no jornal. Porque o vizinho desse cidadão, ou parente vai vê-lo envolvido numa questão que ele não tem nada com isso. Ele recebeu

um brinde por 35 anos de serviço e estão à inteira disposição de V.Exa.. E, para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria...

O Sr. Mário Bezerra (Concede-me um aparte?)

Eu só queria o aparte para poder esclarecer três aspectos: eu não entrei no aspecto pessoal contra o Governador e nem entrarei no aspecto pessoal do político, na área administrativa sim. Pedi o processo completo sobre a licitação dos relógios porque eu tenho conhecimento, analisei o processo e faltam várias peças complementares. O processo está incompleto. Terceiro, o próprio Governador Roberto Requião, no ano passado, denunciou nos jornais que havia uma máfia dentro da Copel na área de licitações. Se ele próprio denunciou eu acho que estou correspondendo à expectativa do governo da transparência daquilo que ele faz.

Então peço aparte para dizer que não entrei no aspecto pessoal com o Governador; de que o processo da compra desses anéis está incompleto, assim como, quase 700 processos de licitação da Copel, só no ano de 91, estão incompletos. Não obedece à legislação dessa Lei que V.Exa. citou que é de 1986. Precisamente. Eu tenho ela em minhas mãos. Quase 700 processos de licitação da Copel estão irregulares em 1991. Então procede aquilo que eu argumento na Tribuna desta Casa.

Obrigado.

O SR. RENATO ADUR - Eu gostaria de que V.Exa. se inteirasse efetivamente desses dois argumentos que foram enviados pela Copel e nos pediríamos até, em nome da liderança da Copel, em nome da direção da Copel que toda vez que V.Exa. na Comissão de Fiscalização encontrar documentos que gerem dúvidas de algum vício que seja feito imediatamente e não um ano após a entrada do documento nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para esclarecer o Deputado Renato Adur.

Eu como presidente da Comissão de Fiscalização tenho obrigação de dizer que o Governo cumpra com o seu dever. Então se eu peço aqui dessa tribuna e não na Comissão de Fiscalização é para que todas tomem conhecimento do assunto. E outra coisa, eu tomei posse na Comissão de Fiscalização há 15, 20 dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB e Governo, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará as causas da questão do abuso de preço das mensalidades escolares que lançam no sistema educacional do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB e Governo, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará as causas das invasões de terras agrícolas e urbanas, ocorridas no território paranaense. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB e Governo, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará as causas da evasão de receita tributária, referente a atividade de refino, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a CPI, que apurará as causas da evasão de receita tributária referente a atividade de refino, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 161/93, subscrito pelo Sr. Deputado João Preis, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 24 a 28 do corrente mês, em função de viagem à Maringá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando autorização para viagem à Alemanha, ao Estado de BADEN WÜRTTEMBERG, pelo período de 20 (vinte) dias, sem ônus para este Poder. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CSPC.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 395/92. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sr. 1° Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Edson Silva Lino) - (Faz a chamada).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Retiro o pedido de chamada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(chamada nominal...)

Trinta Srs. Deputados responderam a chamada. Há quórum para prosseguimento da Sessão.

Em votação o Requerimento do Deputado Basílio Zanusso.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 395/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 073/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Institui o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CSP. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 16 de 16.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Projeto de Lei n° 073/93

Autor: Deputado Domingos Carvalho

Propôs o autor a instituição do Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas.

Após análise Constitucional, Legal e Regimental nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 073/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Domingos Carvalho, o presente Plano de Lei, tem por finalidade a instituição do Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas.

Em análise ao referido Projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal que possam impedir a tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação deste Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 075/93, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 16 de 16.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 75/93

P A R E C E R:

Ora em trâmite para análise por esta Comissão, o Projeto de Lei n° 75/93, de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna, uma área de 15 (quinze) alqueires, registrada no Livro de Transcrição das Transmissões "3X", às folhas 132, sob o n° 22.624, datado de 18 de dezembro de 1956, do cartório do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, área esta pertencente ao Governo do Estado.

O retro citado imóvel, objeto desta doação, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do Município de Bituruna.

Revestindo-se a matéria ora em pauta, de cunho meramente autorizatório, emitimos o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 75/93

P A R E C E R:

Ora em trâmite para análise por esta Comissão o Projeto de Lei nº 75/93, de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna, uma área de 15 (quinze) alqueires, registrada no livro de Transcrição das Transmissões "3X", às folhas 132, sob número 22.624, datada de 18 de dezembro de 1956, do cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, área esta pertencente ao Governo do Estado.

O retro citado imóvel, objeto desta doação, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do Município de Bituruna.

Sob o ponto de vista da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, não há óbice para que o referido Projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 05.05.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, a doar ao Município de Prudentópolis, um imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e da COPTC. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 19 de 22.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 086/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, de autoria do Deputado Toti Colaço, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Prudentópolis.

Analisando-se a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 086/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo do Estado do Paraná, a doar ao Município de Prudentópolis, um imóvel, conforme especifica.

A presente justificativa que acompanha o projeto nos diz que o imóvel a ser doado

será para o uso da administração municipal, visando solucionar um problema emergencial no referido Município.

Como se trata de matéria meramente autorizatória, não vemos qualquer impedimento constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite.

Neste sentido, seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favorável à sua aprovação. Manifestamos, também, o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

Luiz Henrique Bona Turra - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 1382, 1384 e 1391, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1359, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1323, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1365 e 1367, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1328, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1368, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1319 e 1320, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1358, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1386, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1346, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **À C.C.J. para se manifestar sobre o presente.**

Requerimento nº 1357, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1355 e 1354, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1392, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (*Pela Ordem*) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 1348 e 1349, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1345, 1344, 1343, 1342, 1341, 1340, 1339, 1338 e 1337, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1385, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1299, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1302, 1311, 1310, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308 e 1309, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1297, 1296, 1363, 1361, 1364, 1298, 1362, 1366, 1294, 1295 e 1300, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1301, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1312, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Em discussão.

O SR. NILTON BARBOSA (*Pela Ordem*) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1329, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1313, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1314, 1315, 1316,

1369 e 1370, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1371, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1373, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (*Pela Ordem*) - Senhor Presidente, eu coloco uma certa dúvida ao requerimento do Deputado José Alves, porque se é para presos condenados é com o Secretário da Justiça, não condenados é com o Secretário Favetti. Aí não explica no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - A Mesa procurará esclarecer a intenção do Deputado José Alves, antes de encaminhar os expedientes.

Requerimento n° 1372, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1330, 1331, 1387, 1388 e 1389, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1325, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1374, 1375 e 1376, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1381, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1383, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1317, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (*Pela Ordem*) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1390, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Para

discutir, Deputado Renato Adur solicitata e nós adiamos para a Sessão de amanhã.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estes Requerimentos que Vossa Excelência acabou de aceitar um pedido do Deputado Renato Adur, parece-me que automaticamente, semana passada, por Requerimento, eles foram transferidos para a Sessão de hoje.

Eu consulto Vossa Excelência se procede ou não a minha argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede, Deputado Mário Bezerra.

Requerimento n° 1281, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, eu solicito Verificação de Quórum, para as demais matérias.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes do Encaminhamento ou depois, a Verificação de Quórum?

Concedo a palavra, Para Encaminhar, ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. RENATO ADUR - Aceitamos a verificação, antecipadamente ao Encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - De acordo com o que estabelece o artigo 130, inciso XII, solicitamos ao Nobre 1° Secretário desta Sessão, Deputado Edson Silva Lino, para que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados, para Verificação de Quórum, para prosseguimento da presente Sessão.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Edson Silva Lino) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo ao pedido de Chamada Nominal formulado pelo Deputado Renato Adur para Verificação de Quórum da presente Sessão e constando a presença do Deputado Renato Adur requerente do mesmo, a Mesa constata a presença de 18 Senhores Deputados. Há

quórum, portanto, para prosseguimento de Sessão e não havendo para votação.

Requerimento n° 1292, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para discutir) - Senhor Presidente.

(Assentimento)

Creio eu estar havendo uma confusão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto ao processo Legislativo nesta Casa. Tenho acompanhado a tramitação de inúmeros requerimentos dirigidos à Mesa da Assembléia Legislativa e que não guardam de modo nenhum, mesmo sob uma perspectiva benevolente nenhuma relação com o processo Legislativo exigível para o exercício do Mandato Parlamentar. Tenho observado que até confunde-se o processo Legislativo com o exercício da provocação, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Creio que é chegada a hora e me parece que cada vez se reitera a mesma prática. Nós temos procurado fazer um exercício de Mandato Parlamentar que não perde de vista aquela que é a principal questão para o exercício do Mandato Parlamentar que são as ruas. E a transcrição de Artigos e reportagens pelo Poder Legislativo que deve assegurar as mais amplas liberdades públicas para que as correntes de opinião se manifestem, não está me parecendo, Senhor Presidente, no contexto que é o exigível para o Poder Legislativo. Eu creio, o Deputado Algaci Túlio, como também todos nós integrantes desta Casa, temos feito, reiteradas vezes, o exercício da Tribuna e nas várias questões que são garantidas pelo Regimento Interno a defesa das nossas teses e das nossas idéias. Quando nós solicitamos a transcrição de uma reportagem, de um artigo, de um documento sem que nós possamos nos debruçar e garantir inclusive o mais amplo debate, garantir o contraditório, garantir a ampla defesa, nós não estamos fazendo com que esta Casa seja o foro político que a sociedade exige, possa ser desempenhado por todos nós.

De modo, Deputado Algaci Túlio, com todo respeito que tenho à atuação de Vossa Excelência, creio que nós precisamos no debate em Plenário, precisamos no exercício da nossa atividade parlamentar, aprimorar os nossos métodos, e aí vai inclusive uma autocrítica. Devo fazer aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma autocrítica, talvez em algumas posições, nós nos colocamos de modo excessivamente provocativo, gerando uma reação por parte da Bancada Minoritária. Mas se essa é a questão, se se trata de mera reação, eu estou disposto inclusive aqui de público,

a rever a conduta nesta atividade Parlamentar. Isso não quer dizer a renúncia crítica, isso não quer dizer renúncia a denúncia, isso não quer dizer renúncia ao dever, poder que tem a atividade Parlamentar e que tem o Parlamentar de promover a mais ampla crítica em relação ao Poder Executivo, ao poder Judiciário, mas a ampla crítica, o exercício da crítica não se confunde com a mera provocação, porque isso é reduzir o Poder Legislativo a uma condição menor, incompatível com os interesses populares e da sociedade paranaense. Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - O Deputado Bona Turra só olha a crítica talvez como provocação quando ela vai, do lado direito do Plenário para o lado esquerdo. Quando ela vem de lá para cá, não me parece que mereça de sua parte consideração. Da nossa parte, nada disso aqui é provocação. Mas que provocação maior tem Sua Excelência o Governador, quando não teve a devida educação ao ser recebido no aeroporto em Palmas, o Prefeito lhe apresentou um Promotor de Justiça e Sua Excelência o Governador teve um ato, até certo ponto, e vou até utilizar a palavra que foi utilizada aqui, desrespeitoso para com aquela autoridade, quando ele colocou algum dinheiro no seu bolso. Acho que aí é que é provocação. Agora o meu modo de atuar aqui na Assembléia, quem vai fazer a crítica e a autocritica sou eu, não Vossa Excelência. Vossa Excelência não está autorizado a vir fazer aqui autocritica à minha atuação. Eu faço aqui a minha atuação da maneira que eu entendo e da maneira como eu respeito esse Parlamento. Eu acho que sou um fã incondicional do jornalista Roberto Barrozo Filho, sou um fã incondicional dele. Não posso dizer a mesma coisa dos artigos feitos pelo Senhor Governador, que eu detesto, acho de má qualidade e sempre todos eles provocativos!

Nós aqui temos a liberdade de pedir a inserção nos Anais de artigos e Vossa Excelência teve um agora aprovado pela Casa e ninguém aqui colocou qualquer dúvida em relação a ele. Então, Senhor Presidente, eu acho que a partir do momento que se tenta colocar a censura nesta Casa, o Deputado Luiz Bona Turra, querer aqui que se adote medidas de direita neste Plenário, não aceitando que o Parlamentar possa, aqui, atuar, da maneira que entende que está atuando corretamente. Eu acho que isso é censura e lamentamos profundamente, eu acho que o Deputado Bona Turra deve voltar às suas origens! Eu não posso admitir que venha aqui com esse palavreado, com conversa mole, quando, na verdade, não diz nada com nada.

Está aí o artigo.

Aliás, eu lhe fiz um desafio na quinta-feira e está aí o desafio: falei que somente Vossa Excelência ficaria no Plenário da sua Bancada. E está aí. Sozinho, à minha esquerda porque os demais desapareceram de Plenário, inclusive o Líder do Governo que pediu a verificação de votação. Talvez amanhã, venham aqui, com a Bancada toda, para votar contra o requerimento em que dá apoio ao Secretário Osmar Dias, nas palavras do Eminentíssimo José Eduardo de Andrade Vieira que Vossa Excelência não teve a competência de analisar o requerimento. Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem)

Nós estamos diante de uma situação muito grave. O espírito rançoso, reacionário e direitista do Deputado Algaci Túlio, como ex-arenista, está se fazendo revelar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Rançoso de Vossa Excelência.

(Discussões Paralelas).

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Isso é próprio de um homem de direita, de um conservador e está procurando inscrever nos Anais palavras que são injuriosas.

(Discussões Paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Deputados que se mantenham dentro daquilo que estabelece o Regimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Solicito de Vossa Excelência, Senhor Presidente, a retirada dos Anais da Casa as expressões injuriosas, de baixo nível e que faltam ao decoro parlamentar, proferidas pelo Deputado Algaci Túlio.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem)

Senhor Presidente, já foi comprovado que não existe quórum nem para prosseguimento da Sessão. Então, pediria à Mesa que, encerrasse a Sessão, para que não mais se denegrisse a Casa como tem feito, infelizmente, o Deputado Bona Turra. Não é por aí como já falei na quinta-feira, não é jogando pedra que é uma prática que está sendo usada pelo Deputado Bona Turra.

Por isso solicito, como não tem quórum, que suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O

quórum foi verificado por ocasião da chamada nominal e existe quórum para prosseguimento da sessão. E nas questões de ordem levantadas a mesa determina ao serviço de taquigrafia que não faça conter os registros, as palavras que possam representar injúrias, calúnias, ou difamações a este Parlamento.

Para discutir a matéria, a palavra com o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme já disse o Deputado Algaci Túlio as provocações que o Governador tem promovido perante as autoridades do Estado é uma aberração. Fato inédito na história do Paraná, acho que do Brasil.

A maior provocação, conforme disse o Deputado Algaci Túlio, foi promovida pelo Governador quando colocou no bolso de um Juiz de Palmas, dinheiro provocando aquele Poder.

Eu até faço questão, já que estamos discutindo o requerimento do Deputado Algaci Túlio, de fazer a leitura sobre os "30 Dinheiros do Sr. Governador", do Jornalista Roberto Barrozo Filho do dia 15 de maio. Diz o texto:

"Custa a crer na veracidade do fato ..."

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Semana passada Deputado Mário Bezerra, da tribuna da Assembleia, afirmou que S. Exa. Governador do Estado teria solicitado ao Diretor Presidente da TV Globo, Estado do Paraná, a demissão do jornalista José Vile. Na semana passada ainda, e aí se demonstra a incorreção com que vem se conduzindo Deputado Mário Bezerra aqui nesta Casa. O Diretor da TV Paranaense Canal 12 esclareceu que em nenhum momento recebeu qualquer solicitação do Sr. Governador Roberto Requião pedindo o afastamento do Jornalista José Vile, sendo, portanto, inverídicas as notícias veiculadas a este respeito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Continua com a palavra Deputado Mário Bezerra, para discutir.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Com referência ao que V. Exa. tem dito foi pela imprensa e, eu acredito que a imprensa seja séria. Foi a própria imprensa que disse que o Governador pressionou a Direção da TV Paranaense para despedir o Jornalista.

V. Exa. conteste a imprensa, não conteste a mim. O Dr. Francisco merece os parabéns desta Casa por não ter dado ouvidos ao Governador Roberto Requião.

Prosseguindo a leitura do artigo:

OS TRINTA DINHEIROS DO GOVERNADOR

Roberto Barrozo Filho

"Custa a crer na veracidade do fato. Eu mesmo, quando me foi transmitida a notícia em primeira mão, obtive-me de publicá-la, tal a incredulidade do ocorrido.

Um digno magistrado, convidado pelo Prefeito de Palmas a receber o Governador Roberto Requião no Aeroporto, lá postou-se, como figura de relevo da cidade, para apresentar as boas vindas do Município ao Chefe do Executivo do Estado.

Quando S. Excia., apresentado ao Juiz, dele acercou-se, teve o gesto atrevido, próprio de um moleque, com quem a educação e o respeito nunca obrigaram a conviver: colocou, no bolso do austero magistrado, algumas notas de cruzeiros, com exclamação chula, própria do seu comportamento sorrateiro, querendo expressar, insolitamente, que os Juizes necessitavam de esmola.

O Governador Requião traduziu, nessa agressão rude, maldosa e grotesca, o seu desejo interior, que não soube sopitar: o de ver os Juizes em extrema penúria, na suposição de que assim poderá corrompê-los e com isto dominar o Poder Judiciário, transformando, como já transformou a Assembleia Legislativa do Estado, numa corporação a serviço dos seus interesses políticos e pessoais.

O discreto magistrado estatelou-se surpreso e não constatou, de imediato, a veracidade do que acontecia. Não podia acreditar que o Chefe de Estado, do seu Estado, o Governador que deve ser de todos os paranaenses, afrontasse, gratuitamente, injustamente, acintosamente, como um pivate de rua quando assalta um transeunte, um homem desarmado, de arma e de espírito, exatamente o responsável pela Justiça da Comarca, pela ordem pública da cidade e pela tranquilidade dos cidadãos.

Confuso, na dignidade silenciosa de sua revolta, o Juiz sentiu o drama que vive a magistratura, não apenas ela, mas todo o povo do Paraná, governado pelo espírito de um Nero redivivo, capaz de incendiar, senão uma cidade, pelo menos a alma de todos os seus concidadãos.

O caso, relatado de um para outro, até chegar às colunas deste jornal, tem sido repetido e comentado não só entre os magistrados, mas vem causando perplexidade a todas as pessoas, quaisquer que sejam a sua posição política, o seu nível de educação e a sua atividade profissional.

Acredito que de tão insólita e violenta a atitude do Governador, a ela não pode haver resposta, nem desagravo, nem solidariedade ao Juiz, simplesmente porque ela não pode ser admitida como real.

O Jornal e a opinião pública estão esperando a qualquer momento, desde que o fato foi publicado, um desmentido enérgico e veemente do Governador Roberto Requião, ou uma explicação que venha amenizar a gravidade do seu intempestivo e impensado ato.

Enquanto isto, o procedimento do Governador com relação a crise com o

Poder Judiciário, as suas expressões grosseiras e desrespeitosas, o seu palavreado desabusado e agressivo fazem com que se admitam como verdadeiros incidentes como este, que não podem constituir motivo de orgulho para um Chefe do Governo, que é advogado, de boa família e possui maiores aspirações políticas.

A ação de governar, o zelo pelos dinheiros públicos, o debate sobre problemas administrativos, a defesa dos direitos sociais, a atuação político-partidária, não exigem, para a sua prática, a instabilidade emocional, o destempero da linguagem, a incontinência de conduta, o comportamento aético e inconsequente e a inversão dos valores humanos que a educação e a cultura preservam e cultuam, como forma de aprimoramento do nosso convívio social.

O Governador Roberto Requião necessita de uma auto-crítica. Precisa parar um pouco para repensar no dia-a-dia do desempenho das suas elevadas funções. Olhar para a galeria dos ex-governadores, no Palácio Iguaçu e atentar que a sua fotografia logo estará lá, para ser lembrada a sua postura no Governo.

A história também tem a sua Justiça e esta é sempre fria, impiedosa e implacável."

O SR. MÁRIO BEZERRA (Termina de ler).

Senhor Presidente, eu encerro a minha leitura protestando contra a incoerência do Deputado Bona Turra que fala de uma maneira e age de outra, aliás, copiando, na íntegra, o que o Governador do Estado do Paraná tem feito, até o presente momento. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 073/93, 075/93 e 086/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 226/91, 093/93, 133/93, 140/93 e 180/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE MAIO DE 1993.

"Porta Retrato"-

Artur Barthelmess, publicado na Gazeta do Povo.

Desde estudante revelou-se independente e rebelde. Ainda no ginásio, em 1938, liderou o movimento estudantil pela ex-

tensão das férias de inverno, que então eram de 15 dias, movimento este que conduziu a uma greve geral, bem sucedida, mas que suscitou a interferência repressora da administração federal. Integrou-se ao sentimento da juventude de 1940, que dissentia do "Estado Novo", mormente em razão do cerceamento institucional às liberdades civis e do crescente desrespeito aos direitos humanos. Nos primeiros albos do movimento de redemocratização do país, filiou-se à recém-fundada União Democrática Nacional, na qual tornou-se secretário do diretório municipal de Curitiba. Candidatou-se a Deputado estadual para estimular o proselitismo e reforçar as bases do partido. A agremiação udenista, a primeira a ser constituída após o interregno da ditadura getulista, num panorama em que as lideranças civis de expressão nacional haviam sido liquidadas, tomou para candidato à presidência da República uma figura já então cercada de um nimbo legendário de heroísmo e brio cívico, na pessoa do brigadeiro Eduardo Gomes, protagonista do célebre episódio dos 18 do Forte.

A campanha em favor dessa candidatura oposicionista rendeu-lhe a destituição do cargo do magistério, ministrado no Colégio Estadual do Paraná, ato mais tarde reparado pelo governo do marechal Dutra, o qual eleito pelo situacismo entendeu de promover o desarmamento dos espíritos através de uma política de coalizão partidária.

Como jornalista, manteve uma resenha diária dos debates travados na Assembléia Legislativa do Estado intitulada "O que se passa na Assembléia", além de uma coluna de combativas crônicas políticas também diárias no Diário do Paraná e mais tarde no Diário da Tarde, durante todo o lustro final da década de 1940 e princípio da década seguinte.

Desenvolveu intensa atividade profissional. Químico, professor, advogado, jornalista e escritor.

Além de haver exercido o magistério no Colégio Estadual do Paraná, foi diretor do Colégio Novo Ateneu e chefe da Divisão de Planejamento Cultural do Departamento de Cultura do Estado. É de sua autoria um método original de extração industrial de cafeína da erva-mate. Nos anos de 1952 e 53 ocupou o cargo de diretor técnico da Indústria Química Iguaçu S.A..

Na área acadêmica, que perlustrou com destaque, obteve o grau de Doutorado e Docência Livre em físico-química e química superior. Lecionou essas matérias inclusive em nível de pós-graduação, na Universidade Federal do Paraná.

São muitas as suas publicações científicas, técnicas e jurídicas.

Ultimamente tem se dedicado aos temas literários, notadamente poemas. De dez

anos para cá acumulou um vasto acervo nesse campo, num estilo original e fluente do qual resultaram três livros antológicos: "Ivahy: Saga e Lenda, Vida e Lida", que relata a epopéia dos primórdios da ocupação do vale do Rio Ivaí, a partir da iniciativa pioneira do médico francês Jean Maurice Faivre, no início do Segundo Império brasileiro, publicado na Série Textos Sempre da Secretaria de Estado da Cultura; "Verso de K & Lá, oropa, França e rio Ivo", publicado pela Editora Kingraf, com apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba, dentro das comemorações dos trezentos anos; e "Verso de Mar-e-Serra: miragens, mirações e traquinagens", aguardando publicação. Existe ainda, inédito, um novo livro de contos de cerca de 200 páginas, intitulado "Gog, Magog e outros Contos". Em fase adiantada de elaboração um ensaio

filosófico com o título de "Ciência, Mito e Reflexão e a Questão do Sagrado - Uma aventura intelectual fascinante".

Sua obra, disse a jornalista Maí Nascimento, é uma grande receita com o tempero do humor e da crítica. Acrescente-se que é uma obra invulgar, com linguagem própria, em cujos versos soltos se revela um vocabulário regional enriquecido de espontaneidade e tipologia. Não produziu apenas poesia. Aos 15 anos escreveu um conto por nome Justiça Indígena. Em 1988 foi a vez de "Enfeitiços", patrocinado pela Editora Scientia e Labor. Nascido em Teresina, município de Reserva (hoje Teresa Cristina, município de Cândido de Abreu) aposentado, mas não dos livros, ele é, sem dúvida, um autêntico polígrafo que assinala um novo marco estético na literatura paranaense. (Túlio Vargas).